

DA FILOSOFIA DA PRÁXIS À LUTA PELA EMANCIPAÇÃO DOS TRABALHADORES

José de Lima Soares *

Pesquisador e professor aposentado pela Unicamp, Edmundo Fernandes Dias é mestre em Sociologia e doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). É autor de vários livros, entre eles, *Gramsci em Turim – a construção do conceito de hegemonia* (Xamã, 2000), *Política brasileira: embates de projetos hegemônicos* (Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2006). Tem se destacado como um grande estudioso da obra de Antonio Gramsci. É militante também no movimento sindical, onde atuou como secretário-geral do ANDES-SN.

O livro *Revolução e História: das Teses ao Manifesto*, de Edmundo Fernandes Dias, traz uma reflexão profunda e abrangente sobre a trajetória intelectual e prática de Marx e Engels desde as Teses sobre Feuerbach até o Manifesto Comunista. Neste livro, a obra marxiana é apresentada não como uma investigação a frio, produto de um único autor na tranqüilidade de uma biblioteca, mas como uma obra coletiva, surgida em um processo a quente, não como uma fenomenologia histórica, mas como uma conclamação à luta.

O autor dividiu o livro em quatro partes, totalizando quatorze capítulos. Mas metodologicamente, resolvemos fundir em duas partes: a que trata das *Teses* e a segunda parte, do *Manifesto Comunista*, como projeto político estratégico. A primeira parte, embora trate diretamente das *Teses sobre Feuerbach*, o autor faz inúmeras incursões à obra de Marx e Engels, sobretudo *A ideologia alemã* e *A miséria da filosofia*. As Teses foram escritas em 1845 e são contemporâneas da época em que Friedrich Engels escrevera *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. As Teses foram originalmente publicadas em 1888 como apêndice da obra de Engels, *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*. Portanto, depois da morte de Marx. De acordo com Dias, o próprio Engels iria fazer o seguinte comentário: “Encontrei (...) em um velho caderno de Marx as onze teses sobre Feuerbach publicadas [aqui] em apêndice. São simples anotações, lançadas rapidamente sobre o papel para serem elaboradas mais tarde, de forma alguma destinadas à impressão, mas de valor

* Doutor em Sociologia pela UnB - é professor do Departamento de História e Ciências Sociais da UFG/CAC, autor dos seguintes livros: *O PT e a CUT nos anos 90: Encontros e Desencontros de Duas Trajetórias* (Fortium, 2005), *Sindicalismo no ABC Paulista: Reestruturação Produtiva e Parceria* (Universa, 2006); e de *Ensaio de Sociologia do Trabalho* (Editora Ciência Moderna, 2011). É membro do Comitê Editorial da revista *Antítese – Marxismo e Cultura Socialista*. E-mail: odijas@uol.com.br.

inestimável como primeiro documento onde estaria depositado o germe genial de uma nova concepção de mundo” (p. 26).

A nova concepção de mundo a que se refere Engels é o materialismo histórico. Ou seja, as teses expressam a síntese da concepção materialista da história. De acordo com Dias, As *Teses* expressaram uma ruptura não apenas com o pensamento de Feuerbach, mas com o idealismo hegeliano. Tudo fica mais claro nesta passagem da primeira *Tese*, onde Marx afirma que:

A principal insuficiência de todo o materialismo até aos nossos dias - o de Feuerbach incluído - é que as coisas [*der Gegenstand*], a realidade, o mundo sensível são tomados apenas sobre a forma do *objeto* [*des Objekts*] ou da contemplação [*Anschauung*]; mas não como *atividade sensível humana, práxis*, não subjetivamente. Por isso aconteceu que o lado *ativo* foi desenvolvido, em oposição ao materialismo, pelo idealismo - mas apenas abstratamente, pois que o idealismo naturalmente não conhece a atividade sensível, real, como tal. Feuerbach quer objetos [*Objekte*] sensíveis realmente distintos dos objetos do pensamento; mas não toma a própria atividade humana como atividade objetiva [*gegenständliche Tätigkeit*]. Ele considera, por isso, na *Essência do Cristianismo*, apenas a atitude teórica como a genuinamente humana, ao passo que a práxis é tomada e fixada apenas na sua forma de manifestação sórdida e judaica. Não compreende, por isso, o significado da atividade “revolucionária”, de crítica prática.

Edmundo Dias, ao longo da primeira parte do seu trabalho, procura examinar criticamente cada tese, além de discorrer sobre a teoria da revolução em Marx e Engels em *A ideologia alemã*, *A miséria da filosofia*. Nesse sentido, o autor procura em profundidade através de um rigor metodológico e epistemológico analisar a obra de Marx e Engels. Procura explicitar a crítica das idéias de Marx sobre seu colega filósofo jovem hegeliano, Ludwig Feuerbach. Mas o texto é comumente visto como mais ambicioso do que isto, criticando o materialismo contemplativo dos Jovens Hegelianos juntamente com todas as formas de idealismo filosófico.

Entre os anos de 1842 e 1844 ocorre o encontro que inicia a estreita relação de colaboração e amizade entre Karl Heinrich Marx (Trier, 5 de maio de 1818 – Londres, 14 de março de 1883) e Friedrich Engels (Barmen, 28 de novembro de 1820 – Londres, 5 de agosto de 1895). Ambos os pensadores eram naturais da Prússia Renana. Ambos sofreram a influência do filósofo idealista Georg Wilhelm Friedrich Hegel, fizeram parte do grupo dos “jovens hegelianos”, ou “hegelianos de esquerda”, e foram influenciados pelo materialismo de Feuerbach. Ambos chegam à crítica a Hegel e aos novos hegelianos; à economia política e ao socialismo utópico; reconhecendo na Classe Operária “uma força caracteristicamente nova forjada pela ‘revolução industrial’”, sendo “o instrumento de transformação revolucionária” do capitalismo para o comunismo. Ambos percebem a necessidade de crítica da economia política em vigor no século XIX, acentuando seus limites para

a explicação do capitalismo. O caminho que percorrem até chegar a esta conclusão é diferenciado, mas a necessidade de “acerto de contas” com os referenciais que estruturam sua formação é comum aos dois autores, que vão produzir, com esta finalidade, obras como: *Crítica da filosofia do direito de Hegel* (MARX, 1843); *A questão judaica* (MARX, 1844); *Crítica da filosofia do direito de Hegel: introdução* (MARX, 1844); *Teses sobre Feuerbach* (MARX, 1845); *A Sagrada Família* (MARX e ENGELS, 1845); *A Ideologia Alemã* (MARX e ENGELS, 1845-1946); *Miséria da Filosofia* (MARX, 1847); *Manifesto do partido comunista* (MARX e ENGELS, 1848); *Ludwig Feuerbach e fim da filosofia clássica alemã* (ENGELS, 1886).

Edmundo Dias entende que a obra de Marx e Engels foi elaborada a partir da militância política e da necessidade radical, trazida por esta militância, de crítica às elaborações teóricas que estruturam o pensamento político e econômico de seu tempo. Não é sem razão que Marx em *A questão judaica* afirma como ponto de partida o princípio da radicalidade, de que ser radical é tomar as coisas pela raiz; e que a raiz do homem é o próprio homem. Intentam a defesa da emancipação da classe operária da miséria imposta pelas transformações sociais e econômicas em toda a Europa, devidas ao movimento de consolidação do capitalismo liberal burguês como modo de produção da existência e, nesta direção, necessitam denunciar o ilusionismo produzido pelos filósofos e socialistas utópicos.

Neste processo os fundadores da concepção materialista e dialética da história realizam uma crítica radical e superadora àquilo que há de mais atrasado (a monarquia absolutista, a religião, o obscurantismo) e mais avançado no século XIX: (a filosofia alemã, a dialética idealista de Hegel, aos novos hegelianos; à economia política inglesa – como a toda a ciência burguesa; e ao socialismo francês (Lênin, 1979).

Outros pensadores deram sua contribuição a constituição da concepção materialista da história. Entre eles, citamos o exemplo de um operário alemão, Joseph Dietzgen, coureiro de profissão, que chegou a dialética materialista por conta própria, como verdadeiro autodidata. Em 1867 escreveu uma carta a Marx para “[...] fazer-lhe uma breve comunicação sobre meus esforços científicos, com o reconhecimento de que sou apenas um operário curtidor com educação elementar.” (DIETZGEN, 1978: 204). Sobre esta carta de Dietzgen, Marx teceu o seguinte comentário em carta a Kugelmann: “Engels observa, muito justamente, que a filosofia autodidata – seguida pelos próprios trabalhadores – fez grandes progressos no caso desse curtidor [...]” (MARX, 1978: 202). Desde cedo fortemente influenciado pelo materialismo de Ludwig Feuerbach (1804-1872), com quem também se correspondeu, Dietzgen foi um ateu militante. A propósito desta questão, Engels faz a seguinte observação: “E, fato notável, essa dialética materialista que vinha constituindo, havia vários anos, nosso melhor instrumento de trabalho e nossa mais afiada arma, não foi descoberta apenas por nós, mas também, independentemente de nós e mesmo independentemente do próprio Hegel, por um operário

alemão, Joseph Dietzgen” (ENGELS, s/d,: 194-195).

De acordo com Dias, ao fazer um acerto de contas com o idealismo alemão, também o faz com Joseph Pierre Proudhon, contrapondo-se à sua obra *A filosofia da miséria* com uma dura crítica em seu livro *A miséria da filosofia*. Ao citar a famosa frase de Proudhon (“A propriedade é um roubo”), Edmundo Dias, na esteira de Marx, afirma que: “*A miséria da Filosofia* representa na realidade um duplo combate, com Proudhon que é o personagem principal da crítica, mas, também, se travava de um debate crítico com que Marx chamava as teorias “cínicas” de Smith, Ricardo *et cetera*” (p. 85). E acrescenta: “A propriedade é, para ele, um ente abstrato, desprovido de historicidade. É pura representação do mal e elemento permanente de corrupção. Análise das relações de força, de classes? Seria perda de tempo esperarmos isto de Proudhon como também seria desnecessário afirmar que o que ele chama de comunistas nada mais eram do que os socialistas franceses do seu tempo: Babeuf, por exemplo. Ele toma como comunistas todas as propostas e projetos que falam, e apenas utopicamente, de propriedade coletiva” (p. 82). Em seguida, o autor complementa: “Proudhon já famoso, reconhecido dirigente do socialismo francês que ganhara notoriedade com a célebre assertiva “A propriedade é o roubo” encontrava-se em outro momento. Suas antigas proclamações revolucionárias já não expressavam seu modo de conceber a transição a uma sociedade e a uma economia distintas da existente” (p. 83).

O problema é que Proudhon nunca entendeu que o que estava em questão não era apenas a propriedade entendida abstratamente, mas sim, a propriedade privada dos meios de produção. Tudo isso, em uma sociedade dividida em classes, com interesses antagônicos e contraditórios. Como Marx e Engels bem expressaram em o Manifesto Comunista: “O que caracteriza o comunismo não é a abolição da propriedade em geral, mas a abolição da propriedade burguesa. Ora, a propriedade privada atual, a propriedade burguesa, é a última e mais perfeita expressão do modo de produção e de apropriação baseado nos antagonismos de classe, na exploração de uns pelos outros. Nesse sentido, os comunistas podem resumir sua teoria nesta fórmula única: abolição da propriedade privada. Censuram-nos, a nós comunistas, de querer abolir a propriedade pessoalmente adquirida, fruto do trabalho do indivíduo, propriedade que se declara ser a base de toda liberdade, de toda independência individual.

Nesse sentido, o materialismo histórico seria a síntese do que de melhor o velho continente produziu, qual seja: o socialismo francês, a economia clássica inglesa e a filosofia clássica alemã. Na terceira tese, analisada por Dias, Marx sintetiza o ponto de partida de sua concepção de mundo: “A doutrina materialista de que os seres humanos são produtos das circunstâncias e da educação, [de que] seres humanos transformados são, portanto, produtos de outras circunstâncias e de uma educação mudada, esquece que as circunstâncias são transformadas precisamente pelos seres humanos e que o educador tem ele próprio de ser educado.

Ela acaba, por isso, necessariamente, por separar a sociedade em duas partes, uma das quais fica elevada acima da sociedade” (por exemplo, em Robert Owen). “A coincidência do mudar das circunstâncias e da atividade humana só pode ser tomada e racionalmente entendida como *práxis transformadora*”. Daí Marx afirmar na segunda *Tese* que: “A questão de saber se cabe ao pensamento humano uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas prática. É na práxis que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno de seu pensamento. A disputa sobre a realidade ou não-realidade do pensamento isolado da práxis – é uma questão puramente escolástica” (MARX-ENGELS, 1973: 665-666).

Em carta a Joseph Bloch, de 1890, Engels procura desmistificar, de uma vez por todas, as acusações levantadas por liberais e conservadores (e até setores de esquerda do movimento operário), de que a concepção de mundo, defendida por eles, estaria marcada por certo determinismo histórico. Engels (s/d, : 284-5) resume, assim, como deve ser compreendida a concepção materialista da história:

Segundo a concepção materialista da história, o fator que, em *última instância*, determina a história é a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx nem eu afirmamos, uma vez se quer, algo mais do que isso. Se alguém o modifica, afirmando que o fator econômico é o *único* fato determinante, converte aquela tese numa frase vazia, abstrata e absurda. A situação econômica é a base, mas os diferentes fatores da superestrutura que se levanta sobre ela – as formas políticas da luta de classes e seus resultados, as constituições que, uma vez vencida uma batalha, a classe triunfante redige, etc., as formas jurídicas, e inclusive os reflexos de todas essas lutas reais no cérebro dos que nelas participam, as teorias políticas, jurídicas, filosóficas, as idéias religiosas e o desenvolvimento ulterior que as leva a converter-se num sistema de dogmas – também exercem sua influência sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam sua *forma*, como fator predominante. Trata-se de um jogo recíproco de ações e reações entre todos esses fatores, no qual, através de toda uma infinita multidão de acasos (isto é, de coisas e acontecimentos cuja conexão interna é tão remota ou tão difícil de demonstrar que podemos considerá-la inexistente ou subestimá-la), acaba sempre por impor-se, como necessidade, o movimento econômico. Se não fosse assim, a aplicação da teoria a uma época histórica qualquer seria mais fácil que resolver uma simples equação de primeiro grau. Nós mesmos fazemos nossa história, mas isto se dá, em primeiro lugar, de acordo com premissas e condições muito concretas. Entre elas, as premissas e condições econômicas são as que decidem, em última instância. No entanto, as condições políticas e mesmos a tradição que perambula como um duende no cérebro dos homens também desempenham seu papel, embora não decisivo.

Edmundo Dias retoma a tese de Marx e Engels sobre a práxis revolucionária e a luta pela derrubada do sistema capitalista de exploração e a constituição de uma sociedade sem explorados e sem exploradores: uma sociedade comunista. O

comunismo é encarado, pelo autor, como “mais do que uma mera forma político-estatal” (p. 57). Pois, na acepção de Marx, trata-se de um processo de eliminação da apropriação privada o que só poderia ser realizado no quadro de um plano histórico-universal. O próprio Engels já havia definido: “O comunismo é a doutrina que ensina as condições para a emancipação do proletariado”, onde ocorreria não apenas a derrubada da burguesia e todo o velho aparato de Estado, mas a abolição da velha sociedade, baseada nos antagonismos de classe, e a criação de uma sociedade nova, sem classes e nem propriedade privada. Assim, a teoria do socialismo em um só país protagonizada pelo estalinismo seria uma impossibilidade... É possível observar que, para Dias, a tese defendida por Marx não tem nada em comum com o que se colocou em prática na ex-URSS, nos países de Leste ou até mesmo na China ou em Cuba.

O próprio Lênin em *As Três Fontes e as Três partes Constitutivas do Marxismo* reconhece a importância de Marx e Engels na elaboração de uma nova concepção de mundo, em contraposição ao velho idealismo alemão. De acordo com Lênin, “Marx não se limitou, porém, ao materialismo do século XVIII; pelo contrário, levou mais longe a filosofia. Enriqueceu-a com as aquisições da filosofia clássica alemã, sobretudo do sistema de Hegel, o qual conduziu por sua vez ao materialismo de Feuerbach. A principal dessas aquisições foi a *dialética*, isto é, a doutrina do desenvolvimento na sua forma mais completa, mais profunda e mais isenta de unilateralidade, a doutrina da relatividade do conhecimento humano”. Em outra passagem, Lênin enfatiza que: “Aprofundando e desenvolvendo o materialismo filosófico, Marx levou-o até ao fim e estendeu-o do conhecimento da natureza até o conhecimento da *sociedade humana*. O *materialismo histórico* de Marx é uma conquista formidável do pensamento científico”.

Dias, com justeza e propriedade, retoma uma questão fundante que está presente na obra de Marx e Engels e que demonstra a atualidade do método dialético e da concepção materialista da história no que diz respeito às contradições do sistema capitalista e a crise do capital, o papel das classes trabalhadoras na luta pela derrocada da exploração capitalista e a construção de uma nova sociabilidade “para além do capital”. Ao tratar do caráter do *Manifesto Comunista*, o autor levanta uma questão de grande relevância para o movimento real dos trabalhadores, mas também para as ciências sociais. Mesmo reconhecendo a atualidade do *Manifesto*, alguns intelectuais demasiadamente envolvidos com questões teóricas e acadêmicas, insistem em cobrar de “um projeto revolucionário o rigor acadêmico sem sequer considerar que no tempo em este foi produzido o problema era não apenas inexistente nos chamados cientistas” sociais e políticos que conhecemos hoje (p.148). Esse fato se deve, em parte, a incompreensão e ignorância dos intelectuais e “socialistas de cátedra” quanto ao papel que o *Manifesto* poderia desempenhar na luta pela livre organização e mobilização dos trabalhadores contra o capital e o sistema de exploração. Nesse sentido, não poderia ser uma obra acadêmica, mas

um projeto político-revolucionário. Esse foi o entendimento de Marx e Engels e de todos aqueles que lutaram e seguem lutando contra a ordem do capital e que buscaram e ainda buscam construir uma sociedade sem exploradores e sem explorados.

Para Dias, o *Manifesto* “é, na sua forma concisa, a primeira grande análise feita por Marx do capitalismo como totalidade. Ele expressa um quadro global para depois analisar a formação das classes centrais da sociedade, seu processo constitutivo e ir construindo, ainda embrionariamente, suas leis de movimento e seu processo de superação” (p.121). Nesse sentido, o *Manifesto* “é a afirmação radical do projeto encomendado a ele e a Engels e não o produto de uma investigação *a frio* na tranqüilidade de uma biblioteca universitária. Não uma obra de um autor, mas de autores e atores em um processo *a quente* de ruptura com a mais importante forma social existente. Não uma fenomenologia histórica, mas uma conclamação à luta. Como na famosa tese 11 sobre Feuerbach, não apenas interpretar, mas transformar, revolucionar” (p. 248).

Ou seja, o autor deixa claro, ao longo deste trabalho, que o *Manifesto* deve ser encarado como “obra prima da prática e da teoria política” e como “a síntese dialética das múltiplas determinações” (p. 249). Assim, não apenas o *Manifesto* – mas o conjunto da obra marxiana – “apresentou-se sempre como projeto de formação político-revolucionário das classes trabalhadoras, em debate ativo com estas e por isso se ataca à Marx e Engels. Este ataque visa nossos autores porque eles permitiram a decifração da esfinge capitalista. O ataque a eles é a forma brutal da tentativa de desqualificação do projeto comunista. Na realidade trata-se da combinação do reacionarismo e do irracionalismo mais ultramontanos [...] O que é mais grave nisto tudo é que uma clara leitura positivista-mecanicista do marxismo transformou a obra marxiana em uma vulgata legitimatória dos estados ditos socialistas, e em especial, do regime estalinista” (p. 251).

À guisa de conclusão, é possível afirmar em conformidade com o autor, que o segredo da esfinge *decifra-me ou te devoro* segue sendo a nossa grande tarefa. Para o autor, “ou *deciframos* o segredo da forma capitalista ou seremos por ela *devorados*. Por isso permanece atual a palavra-de-ordem/programa: *proletários de todo mundo, uni-vos!* (p. 252).

De uma perspectiva agudamente crítica, o livro de Edmundo Fernandes Dias faz uma abordagem profunda acerca da *filosofia da práxis* como concepção de mundo e dos caminhos percorridos pelas classes trabalhadoras que seguem lutando para por fim a exploração capitalista e por uma nova sociabilidade. A leitura do livro é interessante na medida em que trás conceitos abrangentes e esclarecedores, além disso, permite que o leitor reflita sobre a teoria do conhecimento, além de apreender os pressupostos da pesquisa científica. Recomenda-se a leitura do livro para áreas afins como a História, a Sociologia, a Filosofia, o Direito, a Ciência

Política e todos os que desejam compreender um pouco mais sobre a temática proposta. Mais do que isso, o livro de Edmundo se destina, fundamentalmente, àqueles que acreditam na emancipação humana e seguem lutando por uma alternativa para “além do capital”.

Referências

- COGGIOLA, O. (org.) *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- DIAS, E. F. *Revolução e História – Das Teses ao Manifesto*. Campinas: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2011.
- DIETZGEN, J. *L'essence du travail intellectuel – Écrits philosophiques annotés par Lénine*. Paris: François Maspero, 1973.
- LENIN, V. *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*. In: *Obras Escolhidas*, v. 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.
- MARX, C. e ENGELS, F. *Escritos de juventud*. In: *Obras fundamentais*, v. 1. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.
- _____. *La ideologia alemana*. Argentina: Ediciones Pueblos Unidos, 1973.
- MARX, K. e ENGELS, F. *Obras escolhidas*, v. 3. São Paulo: Alfa-Omega, s/d.
- MARX, K. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelman*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- TOLEDO, C. N. (org.) *Ensaíos sobre o Manifesto Comunista*. São Paulo: Xamã, 1998.